

Questões de transcrição em Análise da Conversa

Paulo Cortes Gago*

Resumo

O presente artigo seleciona quatro questões, consideradas centrais, para análise e discussão na transcrição do discurso oral em Análise da Conversa Etnometodológica: 1) a justificativa da escolha do modelo de transcrição; 2) o sistema gráfico empregado; 3) o posicionamento e a atribuição das pausas no discurso; e 4) o tratamento dos risos na interação. O artigo mostra fundamentalmente a complexidade de natureza teórico-metodológica envolvida na atividade e sugere tratamento para as questões levantadas. Objetiva-se, de forma mais ampla, o debate acerca de questões relevantes de transcrição nesta área de pesquisa na comunidade acadêmica.
Palavras-chave: Transcrição, Análise da Conversa

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Letras.

Introdução

A transcrição de dados orais em Análise da Conversa Etnometodológica faz-se com base no modelo desenvolvido por Gail Jefferson, cujos símbolos estão consubstanciados em Sacks, Schegloff & Jefferson (1974) e em Atkinson & Heritage (1984)¹. Mais recentemente, podemos encontrar nas instruções para submissão de artigos do periódico especializado *Research on Language and Social Interaction*, que publica artigos da área, também boa fonte de referência. Apesar de ser um modelo capaz de lidar com vasta gama de fenômenos de transcrição, há, entretanto, algumas lacunas (poucas, é bem verdade) a serem preenchidas. Algumas são de natureza teórico-metodológica, outras são eminentemente práticas e outras ainda derivam do fato de se praticar a ACe nos limites externos ao mundo anglo-saxônico, como no Brasil.

Nas de cunho teórico-metodológico, destacamos, por exemplo, o sistema gráfico a ser adotado, cuja discussão necessita ser retomada e ampliada. Há a este respeito pontos mais complexos, como a atribuição de pausas aos participantes ou a audição e registro dos contornos finais das assim chamadas *unidades de construção de turno*, assunto que requer o discernimento do transcritor do que seja a unidade básica do discurso e envolve também, a reboque, o conhecimento de todo o tratamento da prosódia ao longo do turno conversacional. Nas questões práticas, destacamos as informações absolutamente necessárias para os usuários do modelo, e que não se encontram devidamente explicitadas por escrito em nenhum texto de que tenhamos notícia, sobre, por exemplo, a formatação geral da transcrição, o tipo de fonte a ser usada, ou a forma de se numerar e apresentar os dados. No contexto brasileiro, salvas as raríssimas exceções, representadas nos trabalhos de Garcez (1999; 2002) e Ribeiro (1994), quase nada se tem debatido sobre transcrição, em geral. Há questões específicas ainda não discutidas, como a transcrição de itens não-lexicais (ãhã, ah, hhm) ou a postura a se adotar mediante uma série de fenômenos de variação, como os apagamentos de sons finais (como o ére [-r] de infinitivo em *comer/comê*), as quedas de partes de palavras (em *estava/tava*), as elisões (em *para você/procê*), etc. O que vemos são as mais variadas práticas.

Em Marcuschi (1986), publicação que recebe o nome de “Análise da Conversação”, pioneira à época no Brasil, o autor dedica apenas um capítulo (curto, de 5 páginas) ao tema (o capítulo 2, “A transcrição de Conversações”), não abordando satisfatoriamente alguns pontos levantados aqui (os itens de variação, por exemplo) e não tratando de outros. Além disso, utiliza alguns símbolos divergentes dos de Jefferson, como a marcação de pausas, feitas pelo autor com um sinal de mais (“+”, p. 11) e por Jefferson com um ponto final entre parêntesis (“(.)”), entre outros.

Neste artigo, selecionamos apenas quatro questões de transcrição para discussão e tratamento, dentro do escopo que nos é dado aqui, nesta ordem: 1) a justificativa do modelo de transcrição em Análise da Conversa Etnometodológica;

¹ Nesses autores encontramos subsídios básicos para a transcrição de dados não-verbais. Para uma gama mais complexa de fenômenos, ver Garcez (1996). Em anexo, colocamos as convenções aqui utilizadas.

2) o sistema gráfico a ser adotado (item em que abordaremos as questões de variação); 3) o tratamento das pausas no discurso; 4) o tratamento dos risos. Nosso objetivo é tornar algumas práticas mais conscientes, tornar explícitos determinados procedimentos e *sugerir* solução para alguns problemas².

1 Por que o modelo de transcrição em Análise da Conversa?

A título de breve recapitulação de premissas básicas, a atividade de transcrição não se deve confundir com a atividade de preparação de material para posterior análise. Nela, uma série de procedimentos interpretativos e seletivos são empregados, fazendo com que seja em si mesma uma atividade de análise e representação. Por isso, é uma atividade analítica plena. Como uma representação, é sempre uma nova entidade, distinta do que de fato ocorreu (o encontro gravado), sujeita a problemas de representação geral. Considera-se que uma transcrição não é um produto final, acabado, perfeito e que permanecerá alterado ao longo do tempo. Uma vez que depende da audição humana, por natureza imperfeita, cada nova audição poderá corresponder a nova representação dos fenômenos. O efeito do tempo também poderá contribuir para adicionarmos mais camadas de entendimento dos fenômenos, tornando mais “espessa” nossa descrição deles. As escolhas devem ser feitas de forma mais explícita possível (*in passim*, cf. Ochs, 1979; Tannen, 1984; Edwards, 1992; Edwards & Lampert, 1993; Ribeiro, 1994; Duranti³, 1997; Garcez, 2002).

Um ponto que destacamos é que a escolha do método de transcrição dos dados deve ser feita em estreita relação com os parâmetros teóricos, objetivos e interesses específicos da área de pesquisa (cf. Ochs 1979; reiterado em Ribeiro, 1993; Duranti, 1997; Garcez, 2002)⁴. O modelo em Análise da Conversa Etnometodológica (doravante ACE, seguindo uso em Loder & Garcez, 2004 e Loder, Gonzales, Garcez, neste volume) parte do princípio fundamental de que a fala-em-interação é central na organização da atividade humana e na vida social. Uma enorme gama de tarefas cotidianas, nas mais diversas instituições em sociedade (da escola à família, do trabalho aos amigos), tem seu funcionamento e organização realizados com o uso da linguagem em interação. Podemos mencionar todas as atividades de prestação de serviços (os serviços de atendimento telefônico, por exemplo), as greves e manifestações, os noticiários radiotelevisivos, etc. Até mesmo atividades que imaginamos como menos dependentes da fala para sua realização, como a atividade sexual, dependem,

² Itálicos aqui significam que nossa postura é de debate. Sugestões, críticas e discussão poderão ser realizados em pcgago@uol.com.br. Este artigo beneficia-se enormemente das discussões travadas no grupo de pesquisa da UFJF “Interações de Fala em Contextos Institucionais”. Agradeço às prof^{as}. Nilza Barrozo Dias e Sonia Bittencourt Silveira pelo constante apoio e discussão e aos bolsistas de iniciação científica e voluntários do projeto no segundo semestre de 2003. Agradeço especialmente a Pedro de M. Garcez (UFRGS) pela sempre generosa, empenhada e tão precisa interlocução, on-line e pessoalmente, ao longo de todo o processo de escritura do texto. Reflexos de nossas conversas estarão espelhados aqui. Todas as falhas remanescentes, no entanto, são de minha inteira responsabilidade.

³ Recomendamos fortemente a leitura do capítulo cinco deste autor, para uma visão geral.

⁴ Vejam-se, por exemplo, os modelos de Chafe, (1993), Ehlich (1993), Erickson (1992), Gumperz (1982) e Ochs (1979), inseridos em propostas de pesquisa distintas.

em larga medida, do uso da linguagem-em-interação: é nela e através dela que se cria um ambiente ecológico possível para o acontecimento da atividade. Linguagem e ação estão, pois, em relação de interdependência - os seres humanos agem no mundo pela linguagem e usam a linguagem para agir no mundo.

O projeto de pesquisa em ACE tem por objetivo central “a descrição e explicação das competências que falantes comuns usam e nas quais se baseiam para participarem de interações inteligíveis e socialmente organizadas” (Heritage & Atkinson⁵, 1984, p. 1). Por competências, entendemos os métodos usados pelos participantes para tornarem suas ações inteligíveis uns para os outros. Este projeto está ancorado em uma visão de Microsociologia, na qual o universo de referência dos fenômenos sociais não é o universo da agregação estatística de dados, dos fenômenos sociais em larga escala, mas sim o universo local das práticas situadas, que ocorrem na interação centrada, face a face ou à distância (via telefone, email, em sala de bate-papo, etc.). Em outras palavras, a ordem social não é vista como algo que existe fora de nós, em uma estrutura de nível superior, e de certa forma não alcançável, que não por métodos de quantificação, mas sim como algo que existe no aqui e agora do desenrolar das ações concretas de pessoas, inseridas no mundo. Postula-se como universo de significação e de instanciação da ação social o nível micro (Garfinkel, 1967; Sacks, 1984; Heritage & Atkinson, 1984).

Esta visão contrapõe-se a uma Sociologia dominante de então, que via somente nas “grandes questões” (como classe social, raça, relações de dominação, etc.) (Sacks, 1984, p.22) o objeto de interesse sociológico. A ACE introduz a idéia de que o universo “terrivelmente mundano, casual, local” é possível de ser estudado e é dotado de alto grau de organização. Como Sacks afirma, longe de ser incompreensível e desorganizado, há nele “ordem em todos os pontos” (1984, p. 22). Neste sentido, a conversa cotidiana surge como representativo expoente do mundano, do corriqueiro, tendo guiado o programa inicial de pesquisa em ACE. Por ser considerada uma forma primária e básica da interação humana, da qual todas as outras formas derivam, e na qual a aquisição da linguagem se baseia, ela é denominada de *pedra fundamental sociológica* (*Sociological Bedrock*, cf. Sacks, Schegloff, Jefferson, 1974, doravante SSI).

O material adequado para se analisar o comportamento dos indivíduos em sociedade são dados de interação gravados em fitas de áudio (ou vídeo). Em uma passagem muito interessante, Sacks fala de sua relação com a forma de obtenção de dados para o programa de pesquisa em ACE que ora se iniciava:

“(…) não foi por nenhum grande interesse na linguagem ou por alguma formulação teórica do que deveria ser estudado que eu comecei com conversas gravadas em fitas, mas simplesmente porque podia botar minhas mãos nelas e estudá-las repetidamente, e também, conseqüentemente, porque outras pessoas poderiam olhar para o que eu tinha estudado e fazer com isso o que quisessem, como, por exemplo, discordar de mim.” (1984, p. 26)

Fica patente seu interesse nas gravações pela oportunidade que lhe davam de observação repetida do que ocorreu, permitindo também submeter o

⁵ Baseamo-nos fortemente no capítulo introdutório desses autores nesta seção.

material a escrutínio público de analistas externos, que, aos moldes das Ciências Naturais, poderiam percorrer o caminho do analista e “replicar” os resultados. Nas gravações, privilegiam-se os ambientes naturais de ocorrência da fala, para estudo e descrição formal de eventos. Essa abordagem contrasta com os cenários “inventados” das abordagens experimentais, por exemplo, nos quais o comportamento dos participantes é controlado; ou ainda com os estudos de observação, baseados em notas de campo.

É forçoso observar que, embora o que esteja disponível para a observação seja o comportamento, não é ele o objeto de estudo em si, mas sim a *ação* executada. O comportamento é apenas um meio através do qual temos acesso aos métodos de inteligibilidade da ação humana em tempo real. Na perspectiva da ACE, esses métodos podem ser especialmente observados no tipo de atenção especial que os participantes demonstram para as *relações seqüenciais* no discurso. Essa afirmação vale para as interações, nas quais um estado de conversa é sustentado. Basicamente, considera-se que os materiais discursivos são produzidos ordenadamente: uma ação projetada no turno do falante corrente fornece insumo para o próximo falante, que analisará o material que acabou de ouvir (e ver), para daí derivar sua próxima ação. As ações na fala corrente geram atividade responsiva no momento seguinte.

O conceito que capta a organização da atividade verbal humana em interação é a noção de *turnos de fala*. Em volume recente editado sobre a interface *gramática e interação*, os turnos foram considerados o “espaço hospedeiro, no qual depósitos de linguagem são acomodados” (cf. Schegloff, 1996, p. 54). Os jatos de linguagem são depositados em unidades de fala, denominadas de *unidades de construção de turno*. Elas podem ser do tipo 1) lexical (compostas de uma só palavra); 2) sintagmáticas (equivalentes a um sintagma); 3) clausais (oração com um único núcleo verbal); e 4) sentenciais (oração com mais de um núcleo verbal) (cf. SSI, 1974).

Há fortes evidências nos dados de interação conversacional de que os participantes se orientam para seqüências de ações, apresentando os turnos de fala, por isso, um caráter de atividade desenvolvida *seqüencialmente*: Um turno corrente projeta uma próxima ação, cuja execução torna-se relevante no próximo turno. Exemplos disso encontramos nos chamados pares adjacentes, que projetam ações específicas em resposta: uma pergunta, por exemplo, projeta em resposta uma resposta; um pedido, uma aceitação ou recusa; uma saudação, outra saudação, etc. Esse fenômeno de projeção implicado em um turno corrente para um próximo turno chama-se *implicatividade seqüencial*⁶.

Desta forma, o posicionamento seqüencial de uma elocução dentro de seqüências de ações passa a ser crucial para a determinação de seu significado. Assumir isso significa, necessariamente, postular um entendimento da situação *pelos participantes* como sendo baseado sempre em um “aqui e agora” da interação, em termos da posição seqüencial de uma elocução em relação a uma outra, para a qual a fala subsequente estará orientada. Assim, uma primeira ação projeta como resposta uma segunda ação, seja em termos de sua plena

⁶ Erickson (1992) chama a atenção para outras relações de adjacência no discurso.

execução, seu retardamento, ou ainda sua não-realização. Nesta perspectiva, o tratamento seqüencial do discurso pode dar conta daquilo que não ocorreu como resposta esperada, das ausências, ou seja, daquilo que foi tornado seqüencialmente relevante para ocorrer, mas não ocorreu.

Esta abordagem difere da Teoria dos Atos de Fala, que trabalha com a noção de *sentido literal* e deriva a força ilocucionária das elocuições unicamente a partir da sentença isolada, que é classificada em uma tipologia de cinco atos de fala, ou cinco coisas que fazemos no mundo⁷, independente de seu posicionamento seqüencial. Para a ACe, em contrapartida, todas as elocuições da fala em interação estão “alojadas” em algum contexto seqüencial e “ocorrem como seleções feitas de uma gama de possibilidades tornadas relevantes por alguma elocução anterior, e, por sua vez, projetam uma gama de possíveis “próximas”” (Heritage & Atkinson, 1984, p. 6, aspas no original).

De fato, na descrição do sistema de tomada de turnos em SSJ (1974), o turno de fala é descrito como projetado para lidar com seqüências de turnos e seu potencial de ser transformarem em uma seqüência maior de ação, como, por exemplo, uma *seqüência de convite*, para a qual poderemos ter vários turnos de fala devotados à essa tarefa. Os autores argumentam que os turnos de fala exibem características que refletem sua ocorrência em séries. Postulam uma estrutura de turno composta de *três partes*: uma parte do turno corrente que faz a ligação com o turno anterior; uma outra que desenvolve a ação principal do turno, e uma terceira que relaciona o turno corrente com o turno seguinte. Segundo os autores, nem todo o turno de fala exhibe essas características simultaneamente e explicitamente, mas, quando ocorrem, são nessa ordem.

Uma transcrição em ACe deverá espelhar as questões discutidas acima. Ilustramos isso com o exemplo abaixo, extraído de uma conversa telefônica entre duas colegas de faculdade⁸.

[01:01 - 01:11]⁹

- 01 Jucimar: Alô.
 02 Marisa: oi::
 03 Jucimar: tudo jóia marisa?
 04 Marisa: tudo bom e você?
 05 Jucimar: tudo jóia, [graças a] deus.
 06 Marisa: : [tá muito-]
 → 07 Marisa: tá muito ocupada aí?
 → 08 Jucimar: Não. tô não.
 → 09 Marisa: dá pra conversar um- um tiquinho?
 → 10 Jucimar: dá:::. dá sim. como é que você ta?
 11 Marisa: eu tô tô bem. t(h)ô i(h)n(h)d(h)o

⁷ Searle é da opinião de que fazemos “um número limitado de coisas (...) com a linguagem” (Searle, 1976, p. 22s.), que correspondem aos cinco tipos de atos de fala de sua classificação.

⁸ Agradeço expressamente a Marilene de Mattos Salles pelos dados de “conversa entre colegas de faculdade”, apresentados aqui e em exemplo adiante. Todos os nomes de identificação de pessoas, instituições, etc. foram deliberadamente trocados, aqui e nos demais exemplos deste artigo.

⁹ Em Gago (2002) usamos esse sistema, que indica a localização do trecho no corpus de base. À cada nova página de transcrição iniciamos uma nova numeração, começando com 01. Leia-se aqui *da página 01, linha 01 à página 01, linha 11*.

O trecho reflete o início da conversa. Jocimar atende o telefone, e segue-se as saudações e os cumprimentos, entre as linhas 02-05. Os turnos de fala entre as linhas 07 e 10 formam seqüência discursiva, cuja ação principal é um pedido, pedido para conversar. A ação é executada com uma pré-seqüência. Pré-seqüências são ações preliminares, que têm por objetivo específico checar a disponibilidade do recipiente para a execução da ação que será pedida na seqüência principal, no momento posterior. No caso, o pré-pedido é para checar a disponibilidade de atendimento do pedido, feito na linha 07 - “tá muito ocupada aí?”, através do qual Marisa tenta checar a disponibilidade da colega para conversar. A resposta de Jucimar é do tipo encorajadora - “não. tô não.”, o que leva Marisa, na linha 09, a prosseguir com o pedido - “dá pra conversar um- um tiquinho?”, que é concedido por Jucimar com sucesso, na linha 10 - “dá::: . dá sim.”.

No turno de Jucimar da linha 09, podemos observar a característica de tripartição da ação contida no turno de fala apontada por SSI (1974): eles orientam-se para o que veio antes, o que será a ação principal do turno e o que virá depois. A primeira parte do turno é realizada com as unidades de construção de turno (doravante UCT) - “dá::: . dá sim.”. A primeira delas - “dá::: .” - serve de elemento de ligação (lexical e semântica) explícita com o turno anterior (“dá pra conversar um- um tiquinho?”). A segunda UCT - “dá sim.” - está voltado para a execução da ação principal do turno - a concessão do pedido. A terceira UCT - “como é que você ta?” - é uma segunda ação de cumprimento, que seleciona Marisa, através da pergunta, como próxima falante, passando-lhe por assim dizer a palavra, fazendo avançar a conversa.

Com o breve exemplo, ilustramos a natureza seqüencial de organização da conversa e a operatividade da noção de projeção de ação de um turno para o outro, delimitando, de certa forma, as ações futuras. Vimos especialmente como turnos de fala são sustentados por uma mesma “empreitada”, formando uma seqüência discursiva coerente. Considera-se que boa parte do material lingüístico é organizada em seqüências discursivas, que se tornam as unidades centrais, na organização da fala-em-inetração e na análise de dados. A noção de “intenção” dos falantes ou qualquer outra categoria interna à mente não é considerada, mas apenas as evidências seqüenciais do discurso e a forma como o material foi produzido (os risos e os alongamentos de sons, as falas contíguas, etc.), que se tornam, desta forma, objeto de transcrição em ACE.

2 O sistema gráfico

Por *sistema gráfico* entendemos o conjunto de símbolos utilizados para se representar na escrita o discurso produzido originalmente na modalidade oral. A literatura reporta a existência de dois sistemas, que podem ser utilizados complementarmente ou de forma excludente: a *escrita-padrão* e a *escrita modificada*. No primeiro, como o nome já indica, efetua-se a grafia da fala em registro-padrão culto, entendendo-se por culto aqui, à luz de discussão contemporânea sobre o assunto, não a norma descrita nas gramáticas, mas sim a prática efetiva de escritores da atualidade (cf. Bagno, Stubbs, Gagné, 2002).

Na escrita modificada, procura-se incorporar os detalhes de pronúncia da produção verbal nas transcrições, o que pode ser feito de duas formas: 1) através do *dialeto gráfico* (*eye dialect*, “dialeto de olho”, na tradução literal), que é uma tentativa impressionística de se captar na escrita com o alfabeto convencional os detalhes de pronúncia, no qual representaríamos a variante da norma culta “*para não chegar atrasado*” como “*pra num chegá atrasadu*”, se tal for nossa percepção de pronúncia da elocução em seu momento de produção; ou 2) os símbolos desenvolvidos pela Associação Internacional de Fonética (International Phonetic Association), o *alfabeto fonético internacional* (Edwards, & Lampert, 1993).

Em ACe, conforme Atkinson & Heritage, “o sistema de transcrição utiliza símbolos ortográficos do inglês-padrão, em conjunto com alguns símbolos adicionais e algumas modificações de pronúncia em inglês” (1984, p. 12). Apesar de não estar explícito, adota-se o sistema misto de norma culta e grafia modificada, esta pelo dialeto gráfico. Vale lembrar que esse sistema, apesar de não poder ser usado de forma indiscriminada em todos os estudos do discurso, dada a estreita relação com uma teoria e projeto de pesquisa, é considerado uma “fonte principal” para a transcrição de conversa de adultos (cf. Ochs 1979, p. 45).

Pela discussão travada em Jefferson (1996), em um artigo devotado à questão de transcrição em ortografia-padrão e dialeto gráfico, podemos afirmar que há uma forte tendência (se não uma recomendação) a se usar amplamente o dialeto gráfico¹⁰. Um breve exame dos vários artigos que compõem coletâneas da área, como por exemplo, Atkinson & Heritage (1984) e Drew & Heritage (1992) confirmam essa inclinação. Em algumas transcrições, registra-se inclusive o uso do alfabeto fonético internacional, como em Firth (1996), texto em que o autor discute questões de “robustez interacional¹¹” associadas à proficiência fonológica de participantes que interagem em língua estrangeira para ambos, no caso, o inglês, usado como língua-franca. No artigo, é central na construção do argumento do autor detalhes da pronúncia dos participantes em determinados itens lingüísticos. Conseqüentemente, esses itens (por exemplo, um som no meio de uma palavra) receberam representação fonológica na transcrição, que co-ocorreu com os demais itens da mesma palavra grafados em ortografia-padrão e com outros em dialeto gráfico.

Apesar de esse sistema ser largamente adotado em âmbito internacional, necessita ser repensado, em função do que tem sido apontado na literatura mais ampla. Mais ainda, pelo fato de ter sido elaborado no contexto de transcrição de dados em *língua inglesa*, como a passagem de Atkinson & Heritage acima deixa claro, é especialmente necessário considerarmos o contexto

¹⁰ Jefferson examina a transcrição de um grupo da Universidade de Odensee (Alemanha). A conversa, ocorrida entre dinamarqueses e alemães em Inglês, foi transcrita a maior parte em ortografia padrão, à exceção da preposição “of”, grafada em dialeto gráfico, ora como *off*, associada à pronúncia dos alemães, ora como *of*, associada à pronúncia dinamarquesa. Em sua própria versão da transcrição, a autora detectou sete pronúncias do mesmo item – *of, uff, ohv, awv, off, awf, aff*, presentes diferentemente na fala de ambos. Conclui que a transcrição foi elaborada “com alguma independência dos detalhes de pronúncia” e retrata “um caso de estereotipização”, “maligna” para os alemães e “benigna” para os dinamarqueses (1996, p. 159).

¹¹ Firth define a robustez intracional como a capacidade da fala de “permitir que anomalias lingüísticas e interacionais sejam eliminadas implicitamente” (1996, p. 248).

de transcrição de dados em ACe no cenário brasileiro, no qual, à exceção dos trabalhos de Ribeiro (1994) e Garcez (1999; 2002), como colocamos no início, ainda vale a afirmação geral de Edwards & Lampert de que “o desenho da transcrição tem recebido relativamente pouca atenção”, com as convenções ocupando o espaço de “uma pequena tabela sem discussão elaborada, apensada como informação suplementar” (1993, p. 4).

Podemos dizer que o ponto central de atenção tem sido o uso da grafia modificada e os problemas daí advindos. Ribeiro (1994) aborda questões de *representação* e *imagem* dos participantes de gravações envolvidas na atividade de transcrição. A autora nos reporta um estudo piloto de Preston (1985, apud Ribeiro, 1994) sobre o impacto no leitor de transcrições com grafia modificada. O autor mostra que profissionais não-lingüistas de várias áreas (médicos, advogados, empresários, etc.) tendem a rebaixar a classe social ou o nível de escolaridade das pessoas, cujas falas foram transcritas em grafia modificada, construindo delas uma imagem negativa. Nossa prática em sessões de visionamento¹² de reuniões empresariais que gravamos (Gago, 2002) corrobora a visão de Ribeiro (1994). Os participantes, não-lingüistas da área de Administração de Empresas, exibiram forte tendência a interpretar os vários fenômenos típicos da linguagem oral espontânea que ouviram em suas próprias falas (como assimilações de sons, desaparecimento dos sons finais de palavras, apagamento de plural, etc.) como erros de linguagem, falta de atenção, problemas de performance, etc., avaliando negativamente sua competência comunicativa.

A questão não é ignorada em ACe. Atkinson & Heritage (1984), em texto inclusive anterior ao de Ribeiro (1994), fazem menção explícita ao problema levantado pela autora e comentam que “às vezes rejeita-se o sistema [em Análise da Conversa] como sendo uma forma de ortografia de “gibi”¹³, que pode ser interpretada como de certa forma pejorativa para os falantes, cujas falas são representadas dessa maneira”. Na continuação do parágrafo, elaboram sua defesa, ao afirmarem que “as transcrições resultam e representam uma tentativa de captar tanto quanto possível do som real e posicionamento seqüencial da fala na página, ao mesmo tempo em que torna o material acessível a leitores não familiarizados com sistemas distantes da ortografia-padrão” (p. 12). Na passagem, reafirmam a validade do sistema, oferecendo, porém, uma justificativa.

Outro problema relacionado, presente na mesma passagem acima, é a *inteligibilidade* do sistema. Os autores afirmam que a intenção é de tornar “o material acessível a leitores não familiarizados com sistemas distantes da ortografia-padrão”. Porém, nossa experiência caminha em sentido contrário a essa asserção. Quando submetemos uma transcrição em Língua Portuguesa sobrecarregada de grafia modificada a um público, seja de lingüistas não familiarizados com o trabalho, ou de pessoas leigas, a reação imediata é uma enorme dificuldade com a leitura do material, dificuldade que se sobrepuja,

¹² As seções de visionamento consistem em revisitação do material gravado com os próprios participantes da gravação, com objetivo de alargar o horizonte de entendimento da perspectiva êmica (ver Erickson, 1990).

¹³ Termo também usado explicitamente por Jefferson, para se referir ao efeito de leitura causado pelo dialeto gráfico (1996, p. 160).

quando o texto da transcrição é em Língua Inglesa, língua na qual a vasta maioria dos textos teóricos de base está disponível. Em muitos casos, a dificuldade de leitura faz com que os dados, coluna espinhal dos artigos, sejam simplesmente ignorados. Acaba o efeito criado sendo o contrário do projetado: exatamente o acesso do leitor menos familiarizado com o material fica prejudicado. Na verdade, devemos reconhecer que a leitura de transcrições é um processo de re-alfabetização. Por isso, tem-se formulado como um problema a baixa inteligibilidade de transcrições com grafia modificada, tal como o da transcrição em ACe. Somam-se a essas questões problemas de inconsistência das representações em dialeto gráfico (cf. Edwards, 1992; Edwards & Lampert, 1993; Ribeiro, 1994; Duranti, 1997).

Resta-nos examinar a posição no cenário nacional. Marcuschi (1986) define que “o sistema (...) é eminentemente ortográfico, seguindo a escrita-padrão, mas considerando a produção real.” (1986, p.9s). Recomenda o sistema misto de grafia-padrão e grafia modificada, com peso maior recaindo sobre a ortografia-padrão. Embora não explicita, podemos inferir dos exemplos que arrola sobre a “produção real”, tais como *come, pra, qué, tava*, etc., que esta deve seguir o dialeto gráfico. Como o próprio autor reconhece, “e aqui surgem os primeiros problemas a serem resolvidos pelo pesquisador e sua intuição de ouvido. Como grafar palavras pronunciadas de modo diferente do padrão?” (p. 10, grifos nossos). Em resposta, o autor fala de “alguns consensos”, como “*né, pra, prum, comé, tava*, etc., ou eliminação de morfemas finais: *qué, só, vô*, etc.” (p. 10, itálicos no original).

Em linhas gerais, concordamos com a posição estabelecida por ele de se manter a ortografia-padrão de forma majoritária nas transcrições, sem se ignorar a produção real¹⁴. Contudo, é necessário explicitarmos um critério em teoria em ACe de incorporação da produção real. Isso pode ser feito retomando-se o referente “consenso” na fala de Marcuschi, mas recolocando-o na seguinte pergunta: “consenso” para quem?

Na perspectiva da ACe, certamente o que está em jogo é a perspectiva dos participantes, não a do analista. Pelo princípio da *prestação de contas* etnometodológico (*accountability*, cf. Garfinkel, 1967), os membros de uma sociedade são capazes de atitude auto-reflexiva de sua própria prática social, fornecendo explicações de suas ações uns aos outros, pois elas são “observáveis-e-reportáveis, i.e., estão disponíveis aos membros como práticas situadas de olhar e dizer” (1967, p.1)¹⁵. Desta forma, o consenso deve, em primeiro lugar, ser um consenso que espelhe uma relevância *para os participantes* e somente depois para o analista. A idéia é que, se os atores sociais forem convocados a se manifestar sobre quaisquer fenômenos que nós, analistas, postulamos, eles serão capazes de fazer metareferência a eles, explicando-os ou tratando-os de alguma forma, ativando, assim, o princípio de prestação de contas.

Sugerimos tomarmos esse princípio como norteador das decisões acerca da grafia em transcrição. Não podemos ignorar, entretanto, que as pesquisas

¹⁴ Duranti (1997) argumenta também a favor de se dar um maior peso à convencionalidade nas transcrições.

¹⁵ Ver os conceitos semelhantes de *princípios de relevância e consequencialidade procedimental* em Schegloff (1991).

sobre variação lingüística no Brasil têm demonstrado um alto índice de ocorrência, em todo o território nacional, para vários fenômenos variáveis na língua, em diversas camadas sociais e não só nas classes cultas e letradas, como a queda de sons finais (motor/motô), o apagamento do som -r (érre) de infinitivo de verbos (falar/falá, comer/comê) as assimilações (fazendo/fazenu, óleo/olhu), a elevação e abaixamento de pré-tônicas e pós-tônicas (menino/mininu, Recife/recifi), várias formas de elisão (pra ele/prele, pra voce/procê, não é/né), a queda de partes da palavra (espera aí/peraí, você/ocê/ cê, está/tá, para/pa), o cancelamento e a inserção de semi-vogal (peixe/pexe, nascimento/naascimento), dentre outros fenômenos (cf. Mollica, 1998; e vários textos das coletâneas Mollica & Braga, 2003 e Roncarati & Abraçado, 2003).

A partir dessas informações, salientamos que a tentativa de se registrar os detalhes de pronúncia, por mais coerente que seja com nossa audição, poderá estar incorrendo no erro de tornar algo relevante e exótico somente no mundo da grafia, que não é absolutamente relevante e real *para os participantes*¹⁶, no aqui e agora do encontro.

Por tudo o que foi exposto, parece-nos que poucos benefícios temos em usar com maior destaque a grafia modificada. Sugerimos o uso predominantemente da grafia-padrão nas transcrições, especialmente nos fenômenos de ocorrência majoritária no Brasil, reservando-se a grafia modificada somente para os casos em que: 1) houver demonstração de atenção seqüencial dos participantes na conversa para o sinal não-padrão; e 2) os fenômenos possam ser explicados pelos participantes em atitude etnometodológica de auto-reflexão. O alfabeto fonético deve ser de uso mais restrito ainda, somente nas situações em que a proficiência fonológica esteja em questão.

Apesar de somente podermos analisar caso a caso, supomos que, nos exemplos concretos acima, os participantes devam tratar diferentemente os fenômenos. Por exemplo, os apagamentos de -r em infinitivo e as quedas de sons finais não devem ser reconhecidos pelos participantes, assim como a elisão em "prele" (ao invés de "para ele"), ao passo que devem ser amplamente reconhecidas as elisões de "pra mim" (ao invés de "para mim"), "tava" (ao invés de "estava") e "né" (ao invés de "não é"). Inclusive, se escreve assim informalmente em alguns casos, em bilhetes, por exemplo. Em outra linha de raciocínio, devemos marcar a alternância consistente entre formas que são justamente alternativas e co-ocorrem no discurso, como "ce", "ocê", "você", e "tu". Elas podem estar sinalizando alinhamentos distintos no discurso, como maior intimidade ou distância.

Para encerrar essa discussão, lembramos que as convenções de transcrição dispõem de um dispositivo para grafar a variação de pronúncia, o ponto final embaixo da letra, que pode ser usado, por exemplo, se um falante exagera no som da letra "r", produzindo-a como uma vibrante múltipla para marcar atitude específica, em contexto em que o normal seria a vibrante simples. O uso do

¹⁶ Garcez (1999) reporta um caso grave de transcrição, em que a fala de pessoas pobres é representada em dialeto gráfico, como forma desviante, enquanto a fala das pesquisadoras da universidade é transcrita em grafia-padrão, mesmo em fenômenos dificilmente pronunciados de forma padrão pela classe culta, como os apagamentos de -r de infinitivo.

recurso, no entanto, é limitado, pois não nos dá pistas concretas de como o item foi de fato pronunciado; apenas indica a variação.

3 O tratamento das pausas no discurso

Do ponto de vista articulatório, as pausas são definidas como um período de não-atividade das pregas vocais, de silêncio. Seu conteúdo proposicional é literalmente igual a zero. Porém, a análise de conversa espontânea em contextos sociais naturais nos tem continuamente mostrado que as pausas, muito longe de serem apenas um fenômeno biológico ou uma categoria semântica vazia, sem significado, são um elemento altamente relevante na interação, capaz de mobilizar ação responsiva organizada dos participantes, em trajetórias reais de ação e em posições específicas de suas falas. Temos fortes razões para crer que elas integram de forma constitutiva a organização global da ação humana em tempo real, habitando de forma significativa o mundo intersubjetivo em construção no discurso.

Nas transcrições em ACE, as pausas são marcadas em décimos de segundos: acima de dois décimos de segundo indicam-se as pausas com números entre parêntesis - (0.2), que se lê como 2/10 de segundos. A revista *Research on Language and Social Interaction* postula o valor de três décimos de segundo. Abaixo disso, apenas indica-se a pausa com um ponto final entre parêntesis - (.). Essas pausas são denominadas de micropausas, possíveis de ser captadas pelo ouvido humano, mas não de serem cronometradas.

Esta seção tem por objetivo majoritário mostrar que marcar as pausas no discurso, longe de ser um comportamento "obsessivo" do analista da conversa, como algo que somente *ele* ouve, são algo que *os participantes* ouvem, e às quais mobilizam ações em resposta, inclusive em décimos de segundo.

Vejamos isso no exemplo abaixo, extraído de uma reunião empresarial de negociação, estudada em Gago (2002). Chamamos a atenção para as micropausas, nas linhas 43 e 50.

[06:29 - 06:56]

29 **Maia** >tamos-(voltamos) tamos a competir uns com os
30 outros.=tamos-(.) cá em por- com o portugueses.
31 [.h T(h)ÁS] a co(h)mpe(h)tir c(h)om el(h)es =
32 **João** [(positivo.)]
33 **Maia** = to:(h)dos.=
34 **João** =<e(h)xá(h)ta(h)me(h)nte. temos que ser- os- os
35 melhores dos a(h)le(h)mã(h)es.
36 **Maia** e(h)xa(h)ta(h)me(h)nte.=te(h)mos qu(h)e sem(h)pre.
37 qu(h)er
38 [di(h)zer, () () nao eh?, os alemães é: é:]=
39 **João** [() h h h h h h h h h]
40 **Maia** = são imbatíveis ah- °em mui:ta coisa que eles
41 fazem. São excelentes completamente.° .h uma das
42 coisas mesmo >tam**^**bém< (.) é nos transportes.°
→ 43 (.)
44 **João** tam[bém é:?
45 **Maia** [°eles nos transportes são magníficos.° .h tê::m
46 ah têm:: ah::: (1.0) th >uma maneira de trabalhar,<

continua...

47 são muito práticos são muito:: .h é: ah "isto é
 48 assim assim." >>ou seja:<< .hh >eu gosto de
 49 trabalhar com os alemães.<
 → 50 (.)
 51 **Maia** >embora:- eu não simpatize especialmente com os
 52 alemães.<
 53 **João** pois.
 54 **Maia** [>s- si- simpatizo mais com os holandeses e com
 55 os belgas,< vá lá:. .h [porque] são pessoas mais =
 56 **João** [>pois.<]

Denominamos esta seqüência de negociação (da qual vemos apenas o encerramento, nas linhas 29-36) de “a negociação da convergência sobre a posição de redução de preços” (Gago, 2002, p. 116), e corresponde à meta instrumental de João (diretor de uma empresa de produtos de amenidades para hotéis de cinco estrelas na Europa) de tentar convencer Maia (representante comercial de uma empresa de transportes) a reduzir os preços dos serviços de transporte, que deseja contratar.

Embora o leitor tenha que “confiar” no que vamos dizer aqui, pois não forneceremos o trecho de discurso para sua conferência, o trabalho de negociação da posição de que os preços tinham que ser reduzidos foi feito de forma indireta, através de conversa sobre a situação geral de queda de preços nos vários países da Europa Comunitária “sem fronteiras”, e a decorrente competição em que se encontram, que colocava Maia e João na posição de competidores entre si - “tamos a competir uns com os outros.=tamos- (.) cá em por- com o português.” (linhas 29 e 30).

Em clima jocoso, nas linhas 31 e 33, Maia propõe o encerramento da seqüência - “[.h T(h)ÁS] a co(h)mpe(h)tir c(h)om el(h)es to:(h)dos.”, o que é ratificado por João - “=e(h)xã(h)ta(h)me(h)nte.”. No mesmo turno, João promove uma expansão mínima da seqüência discursiva, com uma nova UCT - “temos que ser- os- os melhores dos a(h)le(h)mã(h)es.” (linhas 34 e 35). É um aforismo, expressão de uma meta a ser alcançada no mundo do trabalho; no caso, a eficiência, atribuída aos alemães.

A escolha do povo alemão como símbolo de eficiência não é aleatória, tampouco o tom de brincadeira. Dentre os povos europeus, os alemães são, talvez, os que possuem uma imagem mais negativa, principalmente em virtude dos acontecimentos na segunda guerra mundial, que atrelaram à sua imagem as maiores atrocidades humanas cometidas na história, corroborando para a construção de uma identidade negativa a seu respeito. Normalmente, são considerados eficientes no trabalho, mas distantes e frios na relação interpessoal. Em geral, não desfrutam da simpatia do restante dos europeus. Esse pano de fundo histórico-cultural talvez explique o tom de brincadeira, que acompanha o enunciado de João: talvez ser como os alemães seja exatamente o que os portugueses não queiram ser, e considerar isso seriamente seja um equívoco interacional.

A brincadeira de João vira conversa séria para Maia, que expande o tópico discursivo com o marcador - “qu(h)er di(h)zer” (linhas 37 e 38),

desenvolvendo duas ações avaliativas, que expressam sua admiração pela competência profissional dos alemães. Primeiramente, em nível geral, e depois elegendando o ramo dos transportes, em que Maia possui conhecimento autoritativo (cf. Drew, 1991), como tópico discursivo -“() () os alemães é: é:] são imbatíveis ah- °em mui:ta coisa que eles fazem. são excelentes completamente. °.h uma das coisas mesmo >tam-bém< (.) é nos transportes. °” (06:38, 40-42).

A relevância, para os participantes, das pausas assinaladas deve ser aquilatada em relação ao contexto que descrevemos acima e o tipo de seqüência discursiva em andamento. Em termos estruturais, o proferimento de um novo tópico discursivo pode engendrar dois tipos de reação no próximo turno: o próximo falante pode ratificar o tópico, demonstrando seu interesse no assunto e autorizando seu desenvolvimento, ou pode desencorajá-lo. De toda forma, há uma *relevância condicional* de uma próxima ação no próximo turno. O que a micropausa na linha 43 -“(.)” - nos deixa notar é que a ratificação do tópico discursivo na linha 44 -“tam[bém é:?” é efetuada com certo atraso, que pode ser indicativo de pouco interesse de João pelo tópico.

No próximo turno, Maia tece novos elogios sobre os alemães, na forma de avaliação -“[°eles nos transportes são magníficos. °.h tê::m ah têm:: ah::: (1.0) th >uma maneira de trabalhar,< são muito práticos são muito:: .h é: ah “isto é assim assim.”. Exalta exacerbadamente suas qualidades profissionais. Por fim, expressa seu afeto por eles -“>ou seja:<< .hh >eu gosto de trabalhar com os alemães.<” (06:45-49).

É no momento seguinte que podemos ver com maior nitidez a relevância das micropausas. A literatura sobre estrutura de preferência aponta que primeiras avaliações engendram seqüencialmente segundas avaliações em resposta (Pommerantz, 1984). A micropausa veio a ocupar exatamente esse lugar, na linha 50, -“(.)”. Na linha 51, temos a reação responsiva de Maia, que refaz sua posição de afiliação em relação aos alemães, tendo em vista sua afiliação necessária com João -“>embora:- eu não simpatize especialmente com os alemães.<” (06:51-52). Ou seja, requalifica seu afeto, que é de simpatia. É expressivo que escolha exatamente o tema *simpatia* em seu discurso, um referente extra-situacional mas que é relevante para a situação interna da interação. Note-se também a resposta sem demora de João, na linha 53, quando emite prontamente um sinal de concordância -“Poi[s.], repetido na linha 56 -“[>pois.<]”, realinhando sua participação agora como ratificador do discurso de Maia, em contraposição à sua atitude anterior de não-participação, ou melhor, de silêncio. No caso, de microsilêncio. Prova-se com isso que a magnitude de relevância atinge menos do que dois - ou três - décimos de segundo.

Passemos à discussão do *posicionamento* das pausas e da disposição nas linhas da transcrição, aspectos de suma importância¹⁷. O assunto é deveras complexo, pois envolve a noção de finalização da UCT, algo que ainda não é muito claramente estabelecido na literatura. Basicamente, a discussão refere-se

¹⁷ Ver nota de rodapé em SSI para um esclarecimento sobre a diferença entre *pausa*, *lacuna* (*gap*) e *lapse* (*lapse*), formas específicas de silêncio (1974, nota nº. 26, p. 715).

a quem atribuir as pausas na transcrição Propomos o trecho abaixo para exame e discussão do assunto, também extraído de Gago (2002).

[18:01 - 18:13]

01 João eu: eu penso- eu penso o seguinte. °>quer
 → 02 dizer↓<°(.) .h esta:: este negócio dos transportes >é
 → 03 uma chatice.< .hh porque::: (1.8) th quem tem um
 04 caminhão:, é como que::m ((mexe em papéis)) tem um
 05 avião.
 → 06 (0.8)
 07 Maia °°exato.°° ((constrangido))
 → 08 (0.2)
 09 João °não é:?:, o: se: se: se for: se for:: >dono da tap,<
 → 10 (0.2) .hh °e:::° (0.8) e neste vôo pra londres:,
 → 11 (0.5) <for com uma data de lugares vazios,
 12 Maia °<exato↓° ((constrangido))
 12 João esses lugares vazios, >nunca mais< (.) °°se:: se:
 13 se:: °° <PER[DERAM]-SE COM[PLETAMEN]TE.=

Começamos com as pausas que ocorrem no meio da produção de uma UCT, denominadas de *pausa intraturno*, como é o caso das pausas entre as linhas 02 e 03 na fala de João: “°>quer dizer<° (.) porque::: (1.8) th quem tem um caminhão:, é como que::m ((mexe em papéis)) tem um avião.”. Há primeiro uma micropausa na linha 02, entre uma UCT clausal, cujo contorno prosódico foi de finalização - “°>quer dizer<°” - e o início da próxima UCT. Depois, ocorre uma pausa de um segundo e oito décimos, no meio de uma UCT do tipo sentencial (há dois núcleos verbais - “tem um caminhão:” e “tem um avião.”), entre as palavras “porque:::” e “quem”. Neste caso, foi relativamente simples a atribuição das pausas, porque ocorreram no turno do mesmo falante, sem haver troca de falantes.

O mesmo já não se pode dizer das pausas nas linhas 06 e 08, que marcamos como pausa entre dois turnos de fala, ou seja, *pausa interturno*. O que nos levou à essa decisão. Agora faz-se necessária a noção de finalização da UCT. Há controvérsias na literatura. Em Sacks, Schegloff & Jefferson (1974), os “pontos possíveis de finalização” (*possible completion points*) de UCTs, bem como a própria definição do que é uma UCT, se dão a partir de sua completude *sintática*. Seguindo Ford & Thompson, uma elocução é sintaticamente completa, quando possui um “predicado declarado ou diretamente recuperável¹⁸” (1996, p. 143). Nesta visão, o critério sintático é proeminente.

Porém, Ford & Thompson (1996) levam em conta também os critérios *entoacional* e *pragmático*, além do sintático. A finalização entoacional depende de nossa percepção auditiva e ocorre nos limites do que alguns autores têm chamado de *unidade entoacional*, *unidade de tom* ou *grupo de entoação* (cf. Chafe, 1979 *inter alia*, Du Bois et al. 1993). Uma UCT ocorre dentro de um trecho de discurso emitido sob um único contorno entoacional coerente. As autoras distinguiram dois tipos de contornos: o de finalização (realizado com

¹⁸ As autoras reconhecem explicitamente que “a noção de sintaxe não é nem estável nem não controversa em Lingüística” (1996, p. 143).

entoação ascendente ou descendente e indicado graficamente com o ponto de interrogação ou final, respectivamente) e o não-final, i.e., de continuação (indicado graficamente com a vírgula).

A finalização pragmática da ação define-se pela potencialidade das elocuições de constituírem uma ação *em uma seqüência interacional*. Por exemplo, fazer um pedido, contar uma estória, fornecer uma explicação, etc. Em seu estudo, as autoras consideraram a finalização pragmática como envolvendo também um contorno entoacional de finalização, mas advertem que “há pontos de finalização entoacional que não são pontos de finalização pragmática” (1996, p. 150). Distinguem ainda entre uma finalização pragmática *local* e *global*. Na local, há projeção de mais fala pelo falante corrente, mas é possível que um outro falante interponha, por exemplo, um continuador, um sinal de demonstração de interesse, ou de entendimento, mas sem reivindicar a tomada de turno. A finalização global significa que a elocução não projeta nenhum discurso a mais para além de si mesma. Apesar de reconhecerem esse critério, ao compararem os três, as autoras admitem a pouca segurança com o pragmático: “enquanto nossos julgamentos de pontos de finalização sintática e entoacional são facilmente operacionalizados e replicados, nosso julgamento da finalização pragmática permanece intuitivo e provisório” (1996, p. 150).

Retornando ao trecho acima, na linha 01, ao falar “eu penso o seguinte.”, João projeta que seu turno de fala terá mais de uma UCT e que manterá o turno conversacional por mais tempo. No restante do turno, inicia uma comparação entre um *caminhão* e um *avião*, precedida por uma avaliação do custo psicológico para ele da negociação de preços de transportes com Maia - “h esta:: este negócio dos transportes >é uma chaticice.< .hh porque:: (1.8) th quem tem um caminhão: , é como que::m ((mexe em papéis)) tem um avião.”. O ponto nevrálgico da questão é exatamente a finalização pragmática. Do ponto de vista sintático e semântico, a UCT que se iniciou com - “porque::” - pode ser considerada como finalizada, após a palavra - “avião.”. Porém, pragmaticamente, o fechamento do raciocínio de comparação entre *caminhão* e *avião* não foi efetuado. A pergunta que fica no ar é: mas o que tem a ver o *caminhão* com o *avião*? Portanto, pragmaticamente, a ação não estaria realizada. Isso seria um argumento a favor de se atribuir a pausa na linha 06 como de João, o que nos levaria a anotá-la na transcrição da seguinte forma:

```
01  João   eu: eu penso- eu penso o seguinte. °quer
02        dizer↓<°(.)h esta:: este negócio dos transportes >é
03        uma chaticice.< .hh porque:: (1.8) th quem tem um
04        caminhão: , é como que::m ((mexe em papéis)) tem um
05        avião. (0.8)
06  Maia   °°exato.°° ((constrangido))
```

Porém, como vimos, o próximo turno foi ocupado por Maia. A pausa é longa, o que pode denotar um momento interacional delicado; anotamos a participação de Maia com a nossa percepção (subjetiva, é claro) de estar constrangido. Devemos considerar a fala de Maia como uma participação colaborativa para transformar o que seria uma lacuna (de João) em um silêncio

continuação da fala anterior. Deveríamos ver nessa pausa a relevância de Marta ter falado, em virtude das propriedades seqüenciais do discurso?

Nas linhas 20-22, o fenômeno é parecido, na superfície: nova pausa, desta vez mais longa - "(1.2)", Marta não se auto-seleciona, confirmando a informação trazida por Lucas, e este prossegue, nas linhas 21 e 22, trazendo exemplos que comprovariam o que disse antes. Mas desta vez, a ação de comprovação implica em Lucas tomar o silêncio como implicando em discordância, por parte da mediadora. Também teríamos motivos para pensar essa pausa como sendo de Marta, também pela força da estrutura seqüencial.

Se fôssemos atribuir-lhe os silêncios, a transcrição assumira a seguinte configuração:

12		ele tem que ter noventa dias de:: (.) [garantia.]	
13	Lucas:		[garantia] de
14		motor e caixa.	
15			(0.8)
16	Marta:	é só motor e caixa. =	
17	Lucas:	= só motor e caixa.	
→ 18	Marta	(0.2)	
19	Lucas:	a garantia cobre.	
→ 20	Marta	(1.2)	

Aqui, a própria noção de turno estaria questionada, pois concebemos um turno ocupado por silêncio como um turno de *fa/a*.

Os exemplos aqui ilustram a complexidade e controvérsia na atribuição de pausas a um determinado participante. O tema envolve o conhecimento de UCTs, a discussão sobre a finalização prosódica das elocuições, e ainda conhecimento sobre a estrutura seqüencial da conversa. Como diretriz geral, pela necessidade de maior debate a respeito, sugerimos efetuar-se a marcação da pausa ocorrida nos limites externos a uma UCT em construção como pausa interturno.

Como último ponto, de natureza prática, há uma dica para se cronometrar as pausas, sem o uso de instrumento. Evidentemente que se trata de uma medição impressionística, mas o recurso é recomendado em Schegloff (2000, 2001). Ele envolve o analista dizer para si mesmo em voz alta a frase em inglês - "no one thousand", começando no momento em que se inicia o silêncio. Se o silêncio for interrompido no final de "no", marca-se a pausa com 2/10 de segundos (0.2); se no final de "th", marca-se com 5/10 de segundos (0.5); se no final de "ous", marca-se 8/10 de segundos (0.8); se no final de "d", marca-se um segundo (1.0). Visualmente, os pontos de quebra são os seguintes: "no/one th/ous/and". Acima de um segundo, inicia-se nova contagem, com a nova numeração - "one one thousand", "two two thousand", etc²².

²² Garcez reporta também a frase - "one mississippi", usada com a mesma finalidade (comunicação pessoal). Desconhecemos recurso semelhante em português.

4 A transcrição dos risos

Os risos são uma atividade vocal que podem acompanhar a emissão sonora de uma parte do segmento lingüístico, ou podem figurar como única atividade do turno conversacional. No primeiro caso, deverá entremear a produção lingüística; no segundo, deverá ocupar em “performance solo” o turno. Vejamos um exemplo, extraído de Gago (2002). Os dois casos estão representados nas linhas 17-18 e 20, respectivamente nas falas de Ana e João:

[01:16 - 01:20]

16 **João** =<bom dia. Fazer favor [de entrar.<]
 → 17 **Ana** [<de(h)sc(h)ulp(h)a l(h)ã:]
 → 18 ne(h)m o man(h)dei en(h)tr(h)ar.
 19 **Maia** pø::[is.]
 → 20 **João** [h h]h

Os risos são considerados “aspirações audíveis” e são transcritos com a letra “h”. Nas linhas 17 e 18, os risos acompanham o pedido de desculpas e o fornecimento de explicação de Ana e foram anotados com a letra h entre parêntesis - “(h)”, para distingui-los do segmento verbal. Note-se como o riso é uma atividade que suscita em resposta risos na fala de João, na linha 20, ocupando todo o seu turno. A “atividade solo” foi marcada com a letra h apenas - “[h h]h”. A marcação dos risos é importante, pois faz parte do ritual de polidez dos anfitriões: Ana e João estão em seu escritório e recebem Maia. João, ao rir também, constrói alinhamento de afiliação com Ana. Portanto, os risos são um sinal de participação na interação e devem ocupar lugar central na transcrição, como atividade socialmente organizada (cf. Jefferson, Sacks & Schegloff, 1987), como as demais atividades em interação.

Não seria correto representá-lo como comentário do analista, adjacente ao segmento lingüístico, como mostramos abaixo:

17 **Ana** [<desculpa lã:]
 → 18 nem o mandei entrar. ((risos))

Perde-se aqui a noção de que parte do segmento é acompanhada pelos risos, e isso pode ser informação interacionalmente relevante, no sentido de mobilizar práticas dos participantes na interação. Pouco ou muito riso, ao final de uma história que o narrador anunciou como “engraçada”, pode ser indicativo de maior ou menor apreciação da história. Vejamos um exemplo de uma história ocorrida na “conversa entre colegas de faculdade”, já mostrada anteriormente, mas com problemas de transcrição dos risos. Ressalvamos que essa não é a última versão da transcrição, que ainda se encontrava em processo de refinamento²⁴:

²⁴ Frisamos explicitamente que o exemplo é didático. Não há, de forma alguma, intenção de expor negativamente o autor da transcrição para denegrir sua identidade e competência.

[01:13 - 01:29]

- 13 **Marisa** [essa noite cê num sabe, sonhei com já::CQUES
 14 **Jucimar** Jesus pesa[delo!
 15 **Marisa** [man- Jesus. mandando procurar um poema
 16 num determinado livro, mas cê num sabe que coisa
 17 mais engraçada que é. que aí procura daqui procu-
 18 ninguém achava o rai- o raio do poema.=
 19 **Jucimar** =é o tarantela que a gente num achava.
 → 20 **Marisa** hahaha na- era um poema escrito em latim. ele mandou
 21 eu ler mas eu falei "mas em latim eu não vou saber
 → 22 ler isso não." aí ele declamou o poe::[ma ,((fala em
 → 23 tom de riso durante todo o turno))
 → 24 **Jucimar** [hahaha
 25 **Marisa** falando que era maravilhoso e eu num tinha entendido
 → 26 nada do poe- hahaha ((ri enquanto fala as últimas
 → 27 palavras do turno))
 → 28 **Jucimar** Hahahaha
 → 29 **Marisa** Hahahahaha

A seqüência narrativa é iniciada por Marisa, na linha 13. É um sonho. No prefácio de negociação da narrativa, a narradora adianta sua expectativa de recepção da história - "mas cê num sabe que coisa mais engraçada que é.". Espera-se que a história provoque risos. A importância dos risos para a seqüência conversacional é corretamente percebida, porém não sua forma, nem a delimitação de sua extensão.

Na forma, há um duplo sistema em operação: o de anotação intercalada com o segmento e o de anotação adjacente. Nas linhas 20 e 24, os risos são transcritos com igual importância dos segmentos verbais, ocupando espaço no turno - "hahaha". Nas linhas 22 e 23, aparecem na forma de comentários do analista - "((fala em tom de riso durante todo o turno))", mas remetendo o leitor para o segmento lingüístico, no qual a informação não está disponível. Não foi marcada sua extensão. O mesmo se passa nas linhas 26 e 27.

É de se notar, porém, que o ator captou um aspecto importante, a saber, quando os risos são acompanhados de vocalização, como nas linhas 20 e 24, marcados com a letra "a" - "hahaha". Pode-se ter também "hehehe", "hihihi", objetos igualmente sensíveis interacionalmente.

A questão da posição espacial da anotação dos risos pode ser expandida para os fenômenos prosódicos, não-verbais e os vários comentários do analista. De uma forma geral, o transcritor sempre terá que decidir sobre a relevância da anotação para o segmento, atribuindo-lhe lugar de maior ou menor importância na transcrição, no corpo da transcrição ou em lugar adjacente. Outro fator a se considerar é se o fenômeno a ser descrito dispõe de símbolo já codificado ou não, e o quanto de trabalho oferecerá ao transcritor fazê-lo. Atkinson & Heritage fazem menção explícita a esse trabalho, na passagem a seguir, com o termo "luta": "parêntesis duplos são usados para incluir a descrição de alguns fenômenos com os quais o transcritor não deseja *luta*" (*wrestle*, no original, 1984, p. xii, itálicos nossos). Citam como exemplo *tossir*, *fungar*, *bufar*, transcritos à margem do segmento, como reproduzimos abaixo (1984, p. xiii):

- Tom:** I used to ((cough)) smoke a lot
Bob: ((sniff)) he thinks he's tough
Ann: ((snorts))

Sem dúvida, pode ser bastante trabalhoso criar uma convenção para cada evento dessa natureza, o que sobrecarregaria consideravelmente o sistema de símbolos, causando problemas de legibilidade.

Sugerimos que as informações de qualidade prosódica de subida, descida e continuação de entonação sejam anotadas concomitante com o segmento, conforme já estabelecido no modelo e que os risos recebam o mesmo tratamento. Devemos reservar o espaço de comentários do analista entre parêntesis duplos para informações contextuais relevantes para se entender o sentido das elocuições, e para os casos “mais trabalhosos”. Vejamos o exemplo abaixo de informação contextual, também oriundo de Gago (2002):

[01:06 - 01:14]

06 **Carla** obrigado [(querida)]
 07 **Ana** [o k e i.]
 08 (2.5) ((barulho de porta))
 09 **Carla** como é que cê tá? ((cumprimenta João))
 10 **João** co[mo (está:)?,] ((cumprimenta Carla))
 11 **Carla** [como está?,] ((cumprimenta Maia))
 12 (.)
 13 **João** passou be[m?,] ((fala com Carla))
 14 **Maia** [°co]mo está?,

A informação contextual entre parêntesis serve para localizar os receptores das ações de cumprimento, que são diferenciadas, em função da maior ou menor intimidade relativa dos participantes e, talvez, de suas identidades sociais. Havia 4 pessoas: Carla, Ana, João e Maia. Todas são portuguesas, à exceção de Carla, a única brasileira na cena, já de saída, quando Maia chega. Carla era uma pesquisadora e tinha contato com João e Ana, mas nunca tinha estado com Maia.

Os cumprimentos entre Carla e João se passam no eixo de maior intimidade relativa. Carla utiliza uma forma coloquial do português brasileiro - “como é que cê tá?”, linha 09, e João pergunta por seu estado na passagem de um dia para o outro (provavelmente teriam se visto no dia anterior) - “passou be [m?,]”, linha 13. O contraste se faz com os cumprimentos de Carla a Maia, na linha 11, mais formal - “[como esta?,]”, adaptado ao português europeu. Os comentários ajudam, aqui, no discernimento para o leitor dos destinatários das ações.

Considerações finais

Fundamentalmente, esperamos ter mostrado, nos quatro pontos desenvolvidos nesse artigo, a complexidade de natureza teórico-metodológica envolvida nas decisões de “como fazer”, na transposição dos dados orais do discurso. Todos os casos, à exceção do primeiro item, sobre a justificativa do modelo em ACe, questão já com entendimento solidificado, evidenciam a necessidade de discussão mais ampla das questões. Para todos, fornecemos sugestões de tratamento, mas que devem ser entendidas como uma solução

provisória, refletindo nosso entendimento dos mesmos nesse momento, até que se instaure outro entendimento, por nós ou pela comunidade científica.

Muito mais do que “receita de bolo” categórica, procuramos mostrar a complexidade dos fenômenos e o que eles exigem de capacidade de reflexão do pesquisador, para se chegar a uma decisão satisfatória nos trabalhos. Isso significa ter uma prática firmemente apoiada em uma teoria, como a literatura tão fortemente preconiza. No caso da Análise da Conversa Etnometodológica, em todas as discussões travadas aqui, esbarramos inexoravelmente na questão central da *perspectiva dos participantes* como parâmetro maior a ser privilegiado, nas análises e nas transcrições. Outros aspectos de transcrição carecem de discussão e precisam ser considerados em discussões futuras, como notamos anteriormente.

Abstract

This paper selects four issues for analysis and discussion considered central in the transcription of oral discourse in Ethnomethodological Conversation Analysis: 1) the justification of the choice for the transcription model; 2) the graphic system employed; 3) the positioning and attribution of pauses in discourse; and 4) the treatment of laughter in the interaction. This paper shows fundamentally the complexity of theoretical and methodological nature involved in the activity and suggests treatment for the issues raised. The wider aim is to promote debate regarding relevant issues in transcription in the in the research field in the academic community.

Keywords: Transcription, Conversation Analysis

Referências

ATKINSON, J. MAXWELL & HERITAGE, J. *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1984.

BAGNO, M.; STUBSS, M.; GAGNÉ, G. *Língua maternal: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CHAFE, W. Prosodic and functional units of language. In: EDWARDS, J. A.; LAMPERT, M. (Eds.). *Talking Data: Transcription and Coding Methods for Language Research*. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum, 1993.

DURANTI, A. *Linguistic anthropology*. New York: Cambridge University Press, 1997.

EDWARDS, J. A. Transcription of Discourse. In: W. Bright (ed.). *International Encyclopaedia of Linguistics*. (Vol. 4, p.9-12). New York: Oxford University Press, 1992.

_____. Principles and Contrasting Systems of Discourse Transcription. In: EDWARDS, J. A.; LAMPERT, M. (Eds.). *Talking Data: Transcription and Coding Methods for Language Research*. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum, 1993.

EDWARDS, J. A.; LAMPERT, M. (Eds.). *Talking Data: Transcription and Coding Methods for Language Research*. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum, 1993.

EGBERT, M. Schisming: The Collaborative Transformation From a Single Conversation to Multiple Conversations. *Research on Language and Social Interaction*, 30(1), p. 1-51, 1997.

EHLICH, K. HIAT: A Transcription System for Discourse Data. In: EDWARDS, J. A.; LAMPERT, M. (Eds.). *Talking Data: Transcription and Coding Methods for Language Research*. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum, 1993.

ERICKSON, F. They know all the lines: Rhythmic organization and contextualization in a conversational listing routine. In: AUER, P. AND DI LUZIO, A. (Eds.). *The Contextualization of Language*. Philadelphia: John Benjamins, 1992.

_____. Qualitative methods. In: LINN, R. L. & ERICKSON, F. (Orgs.). *Quantitative methods, Qualitative methods*. New York: Macmillan, 1990.

FIRTH, A. The discursive accomplishment of normality: On lingua franca English and conversation analysis. *Journal of Pragmatics*, 26, 237-259, 1996.

GAGO, Paulo Cortes. *A relevância da convergência num contexto de negociação: um estudo de caso de uma reunião empresarial na cultura portuguesa*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2002. 350 fl. mimeo. Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa.

GARCEZ, P. Brazilian Manufacturers and U.S. Importers Doing Business: The Co-Construction of Aguing Sequences in Negotiation. Tese de Doutorado, Universidade da Pensilvânia, 1996.

_____. Análise da competência comunicativa e social: Quem você é para querer saber como a gente age no mundo, ou O êmico é ético (aliás é estético). Conferência no simpósio "Interfaces da Sociolinguística Interacional: Discussão de conceitos e métodos", no II Congresso Nacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 26 de fevereiro de 1999.

_____. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: Moita Lopes, L. P. & Bastos, L.C. *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LODER, L. L.; GARCEZ, P. M. Relatório final do projeto de pesquisa *Registros de fala-em-interação cotidiana e institucional: subsídios par ao estudo das práticas de reparo iniciado e levado a cabo pelo outro*. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

GUMPERZ, J. *Discourse Strategies*. New York: Cambridge University Press, 1982.

JEFFERSON, G. (1996). A case of transcriptional stereotyping. *Journal of Pragmatics*, 26: 159-70.

_____. (1985) 'An exercise in the transcription and analysis of laughter'. In: T.A. van Dijk, ed. *Handbook of discourse analysis*. London: Academic Press. Vol. 3: 25-34.

- _____. Issues in the transcription of naturally occurring talk: caricature versus capturing pronunciation particulars. *Tilburg Papers in Language and Literature* 34: Tilburg University, Tilburg, Netherlands, 1983.
- JEFFERSON, G.; SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. Notes on laughter in the pursuit of intimacy. In: BUTTON, G. & LEE, J. R. E. (Eds.). *Talk and Social Organization* Clevedon, Philadelphia: Multilingual Matters, 1987.
- LERNER, G. On the semi-permeable character of units. In: Ochs, Thompson & Schegloff. *Turn Organization: one intersection of grammar and interaction*. Oxford: Blackwell, 1996.
- MOLLICA, M. C. Influência da fala na alfabetização. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: contexto, 2003.
- OCHS, E. Transcription as Theory. In E. Ochs & B. Schieffelin (eds.) *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press, p. 43-72, 1979.
- OCHS, E.; SCHEGLOFF, E.; THOMPSON, S. *Interaction and grammar*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- POMMERANTZ, A. 1984. Agreeing and disagreeing with second assessments. In: ATKINSON, J. MAXWELL & HERITAGE., J. *Structures of Social Action: Studies in Action Analysis*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1984.
- RIBEIRO, B. T. Transcrição e análise: a formatação de entrevistas psiquiátricas. *Linguagem, interação e cognição*, nº 117. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003.
- SACKS, H., SCHEGLOFF, E. & JEFFERSON, G. A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for tion. *Language*, 50 (4), p. 696-735, 1974.
- SCHEGLOFF, E. On the Organization of Sequences as a Source of "Coherence" in Talk-in-Interaction. In: DORVAL, B. (Ed.). *Conversational Organization and its Development*. Norwood, NJ: Ablex, 1990.
- _____. Reflections on Talk and Social Structure. In: D. Borden & D. Zimmerman. *Talk and Social Structure*. California: University of California Press, 1991.
- _____. Discourse as an interactional achievement III: the omnirelevance of action. *Research on Language and Social Interaction* , 28 (3), 1995.
- _____. Apostila do curso Conversational Structures, UCLA, 2000/2001.
- SEARLE, J. R. A classification of illocutionary acts. In: *Language in society*. New York: Cambridge University Press, v. 5, n. 1, p. 1 - 23, 1976.

TANNEN, D. Two issues in analyzing recorded tions. In: _____.
Conversational Styles: Analyzing Talk Among Friends. Norwood, NJ: Ablex,
 1984.

Anexo: convenções de transcrição

[colchetes]	fala sobreposta.
(0.5)	pausa em décimos de segundo.
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contigüidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos.
.	descida de entonação.
?	subida de entonação.
,	entonação contínua.
? ,	subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação.
:	alongamento de som.
-	auto-interrupção.
sublinhado	acento ou ênfase de volume.
MAIÚSCULA	ênfase acentuada.
º	fala mais baixa imediatamente após o sinal.
ºpalavrasº	trecho falado mais baixo.
palavra:	descida entoacional inflexionada.
palavra:	subida entoacional inflexionada.
↑	subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados.
↓	descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado.
>palavras<	fala comprimida ou acelerada.
<palavras>	desaceleração da fala.
<palavras	início acelerado.
hhh	aspirações audíveis.
(h)	aspirações durante a fala.
.hhh	inspiração audível.
(())	comentários do analista.
(palavras)	transcrição duvidosa.
()	transcrição impossível.
th	estalar de língua.

Os símbolos são basicamente os mesmos usados em Sacks, Schegloff & Jefferson (1974). Recomendamos ainda Ochs, Schegloff & Thompson (1996) para explicação mais detalhada sobre os mesmos.